

Entrevista • Acesso aberto

Série especial – Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes

Special series – Rural studies in perspective: people, knowledge, institutions and networks

A Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade retoma sua seção de entrevistas com uma série especial a ser publicada continuamente, sob o título *Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes*. Nosso enfoque será o diálogo com pesquisadoras e pesquisadores que vêm ao longo das últimas décadas desenvolvendo estudos que versam sobre o mundo rural em suas múltiplas interfaces. Nosso objetivo é conhecer um pouco da trajetória pessoal e profissional dessas pessoas que se dedicam a refletir sobre as interpretações, implicações, desafios e perspectivas que este vasto campo de estudos nos apresenta, assim como o contexto intelectual e institucional de sua produção científica. Deste modo, procuramos nos debruçar sobre os itinerários do dinâmico campo de estudos rurais nas ciências sociais brasileiras, atentando para as institucionalidades e redes que o constituem. Inauguramos esta série com uma entrevista com a Profa. Dra. Eli de Fátima Napoleão de Lima.

...

The IDeAS Magazine resumes its section of interviews with a special series to be published continuously, under the title *Rural studies in perspective: people, knowledge, institutions and networks*. Our focus will be the dialogue with researchers who have been developing studies that deal with the rural world in its multiple interfaces over the last few decades. Our goal is to know a little about the personal and professional trajectory of these people who are dedicated to reflecting on the interpretations, implications, challenges and perspectives that this vast field of studies presents us, as well as the intellectual and institutional context of their scientific production. In this way, we seek to focus on the itineraries of the dynamic field of rural studies in the Brazilian social sciences, paying attention to the institutionalities and networks that constitute it. We opened this series with an interview with professor Eli de Fátima Napoleão de Lima.

Citação sugerida

LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Entrevista concedida à Revista IDeAS. Série especial – Estudos rurais em perspectiva: pessoas, conhecimentos, instituições e redes. *Revista IDeAS*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 1-12, e019002, jan./dez. 2019.

Licença: Creative Commons - [Atribuição/Attribution 4.0 International \(CC BY 4.0\)](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Entrevista
realizada em:
19 dez. 2019

Entrevista com a Prof^a. Dr^a. Eli de Fátima Napoleão de Lima

Concedida a Yamira Rodrigues de Souza Barbosa¹

Eli de Fátima Napoleão de Lima é professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde também cursou mestrado e doutorado. Seus estudos e pesquisas estão voltados para interpretações sobre as raízes agrárias da formação social brasileira, além de temáticas sobre o mundo rural e a nação em representações literárias, ruralidades, “novas identidades”, questão regional e Amazônia. A Prof^a. Eli também foi orientadora do pesquisador Valdênio Freitas Meneses, egresso do CPDA/UFRJ, que recebeu o Prêmio Capes de Tese 2019, com a melhor tese na área de Sociologia.

Nesta entrevista, Lima apresenta um pouco de seu percurso profissional, vinculado à trajetória do próprio CPDA, seus temas de pesquisa, além de algumas reflexões sobre desafios atuais. Em cada momento da entrevista, ela vincula elementos individuais com processos coletivos, por exemplo, quando apresenta o cenário no qual se insere no mundo acadêmico. Em certos momentos, reflete sobre as reiteradas representações colonizadoras sobre o rural e a Amazônia, em particular, indicando continuidades e desafios. Em outros, nos revela a instigante experiência do CPDA na reflexão e desconstrução/reconstrução de concepções sobre o mundo rural a partir de enfoques interdisciplinares, multissetoriais e multilocalizadas, por meio do pioneiro projeto Pipsa – Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura.

IDeAS: Primeiramente, agradecemos a sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista. Podemos iniciar com você comentando um pouco sobre a sua trajetória profissional. Você cursou História no IFCS². Poderia nos contar como se deu esta escolha?

Bom, eu também agradeço o convite para a entrevista. Tenho o maior prazer de participar da IDeAS, já fui parecerista várias vezes. Mas enfim, desde muito garota eu convivia com gente de teatro, cinema e artes em geral. E na época se falava muito que eram pessoas que “faziam política”. Era engraçado porque, normalmente, nós vivíamos todos juntos num determinado apartamento, ou seja, naquela época viver em comunidade era isso, não era comunidade como definimos hoje. Vivíamos em comunidade. Eram pessoas que vinham de vários lugares da cidade e outras regiões, que queriam fazer teatro, estavam fazendo

¹ Entrevista realizada no dia 17 de dezembro de 2019, no CPDA/UFRJ.

² Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

cinema, estudando teatro (porque em várias cidades do interior não havia escolas de teatro). Então, vinham estudar aqui e moravam todos juntos. Como garota, sabia de algumas coisas que a gente não podia ouvir. E muitas destas histórias eu não entendia, eu não entendia muito bem o que era aquilo. Assim, justamente por não entender que eu resolvi, quando terminei a escola, cursar História. Aqui, cabe um parêntese de grande significado: estudei em uma escola experimental, um colégio estadual experimental, o Colégio Estadual André Maurois (como ainda se chama). Ali estudava gente da Favela do Pinto, do Parque Proletário da Gávea, da Rocinha, enfim, alunos vindos das favelas dali do entorno, porque esta escola fica entre o Leblon e a Gávea, das famílias abastadas desses bairros, de Ipanema e do Jardim Botânico, e os “filhos” dos “doidos” como eu, que viviam com gente de teatro e cinema. A escola fazia este movimento de reunir gente de classes muito diferenciadas, porque este era o projeto da Prof^a. Henriette Amado, que era um projeto que tinha como lema “liberdade com responsabilidade”. Foi uma experiência riquíssima, eu juntei tudo e, na hora que tive que escolher um curso, decidi: “vou fazer História”, para entender este universo todo. Foi assim que eu entrei no IFCS em 1974.

IDeAS: A história do CPDA é marcada pela trajetória de professores(as) e pesquisadores(as) que estiveram envolvidos desde o início da sua fundação, e você é uma destas pessoas. Poderia nos contar mais sobre a sua chegada ao CPDA?

Eu havia concluído o período como estagiária no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec) que, na época, era apenas um instituto de pesquisa, não tinha esta configuração que tem hoje de instituição de ensino e pesquisa. Na época em que estagiei lá, ele ficava naquele anexo do Museu de Arte Moderna. E aí trabalhei nas pesquisas O Perfil do Investidor no Mercado de Ações, com José Luiz Melo, História dos Bancos Comerciais do Pará, com Bárbara Levy, e História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, com a Prof^a. Eulália Lobo. Findo o período do estágio, eu até poderia vir a ser contratada, mas eu seria mais uma historiadora, e já tinha duas historiadoras nos quadros do Ibmec — aliás, grandes historiadoras —, e não teriam mais como me contratar. Mas, então, a Bárbara Levy — que Deus a tenha! —, uma grande figura, brilhante pesquisadora, e Ana Maria Motta Ribeiro, que trabalhava também na pesquisa e depois veio estudar aqui (CPDA), me informaram que estava aberta uma seleção para estagiários no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA³) da Escola Interamericana de Administração

³ Para fins de contextualização, considerar que o CPDA estava em seu início, no ano de 1976, vinculado à Fundação Getúlio Vargas, sendo posteriormente transferido para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) no ano de 1982. Houve depois mudança de nome do programa, que passou a denominar-se Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, porém, optou-se em manter a sigla original. Para mais informações, consultar: LIMA, Eli N.; LEITE, Sérgio P. (Orgs.) **CPDA 30 anos: desenvolvimento, agricultura e sociedade**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2014.

Pública da Fundação Getúlio Vargas (EIAP/FGV). Bom, desta feita, ocorreu a entrevista com a Prof^a. Maria Yedda Leite Linhares, que para mim era como encontrar um ídolo, meu coração parecia estar pendurado nos meus cabelos fininhos, porque ela era um mito, era uma grande professora que tinha sido exilada, enfim, ela estava retornando ao Brasil. Ela foi trabalhar no CPDA para levar adiante o Programa de História da Agricultura Brasileira. Então, para mim, que estava fazendo parte ainda de uma geração universitária praticamente proscrita — porque era uma geração universitária cujos grandes professores estavam exilados —, era uma honra. A partir do começo de 1977, eu inicio minha trajetória no CPDA. Tem tempo (risos). Assim, a maior parte da minha vida tenho dedicado ao CPDA. Enfim, comecei participando do Departamento de História da Agricultura Brasileira e, evidentemente, se eu fosse falar desse departamento a gente iria ficar três dias aqui, mas vou dizer apenas algumas coisas. Posso afirmar que se tratou de um programa de natureza acadêmica que, de imediato, alcançou ressonância entre economistas, historiadores, cientistas sociais, sobretudo antropólogos, de todas as universidades brasileiras. Essa característica interdisciplinar foi sempre uma marca do CPDA. Congregava e também tinha ressonância entre o pessoal técnico, em grande parte agrônomos, dos órgãos de planejamento regional do setor agrícola. Porque, naquele momento, na realidade, o mestrado seria criado para atendimento/formação desse público, para atuar no serviço público agrícola. E é da maior importância destacar que resultaram dessa experiência os primeiros estudos modernos de história agrária no Brasil que, posteriormente, teriam continuidade na Universidade Federal Fluminense (UFF). Fico por aqui, senão falaria muitas horas sobre essa experiência de iniciação profissional.

IDeAS: Dentre os seus temas de interesse, tem a questão da Amazônia. Considerando o contexto atual de ataque a este bioma tão importante para o Brasil e para o mundo, queremos saber um pouco sobre a sua opinião quanto à consolidação deste tema como objeto de estudo no campo das ciências sociais.

A primeira coisa que quero enfatizar é que meu interesse por esse tema está intimamente ligado à natureza da chamada “ocupação” da Amazônia, ou seja, como a expansão branca europeia, nos séculos XIX e XX, no anseio da dominação de povos e terras longínquas, corresponde à outra semelhante, nos ex-domínios e colônias, partindo das regiões “mais prósperas” em direção àquelas “menos prósperas”. A ocupação da Amazônia, e mais especificamente a chamada conquista do Acre, é um episódio do processo de conquista do *outro*, do *diferente*, do movimento de expansão em busca da dilatação das fronteiras, da ocupação dos chamados “espaços vazios”, da conquista dos bens naturais. A Amazônia tem sido cenário de práticas sociais, ideológicas e políticas a partir de uma “estrutura de atitudes e referências” veiculada pela narrativa de viajantes, por narrativas contidas em obras de caráter ficcional e não ficcional, como

romances, crônicas, ensaios etc. Toda a minha investigação procura compreender o lugar da Amazônia no contexto nacional, dada a *vacuidade do discurso oficial*, como diria T. Todorov, que verificamos, seja nos textos acadêmicos do período, seja no discurso que embasa as políticas praticadas pelos sucessivos governos na região. Assim, a Amazônia, após uma breve passagem pelos compêndios de história, através dos poucos parágrafos dedicados às drogas de sertão, desaparece, como se não mais fizesse parte do país. Nas suas páginas finais, os autores voltam a dedicar alguma atenção à região, agora sob o signo da exploração da borracha. Destaca-se, então, o exótico: a riqueza produzida pela matéria-prima rara e cara, o desperdício e a inépcia local em tratar a sua própria fonte de riquezas e, enfim, o exotismo de teatros, quiosques e chafarizes importados da França e da Inglaterra. Comparativamente, o Theatro Municipal do Rio de Janeiro, cópia menor do Ópera de Paris, ou as fachadas de materiais importados das mansões da avenida Paulista, por sua vez, estão no lugar certo, não se dá qualquer estranhamento. O exótico, o estranho é que se construa desta forma na Amazônia. Logo em seguida, a Amazônia volta a desaparecer do mapa intelectual brasileiro, fruto da inépcia — roubava-se no peso do látex, a matéria-prima era de má qualidade, a árvore não era cultivada etc. — e a incapacidade de seu próprio povo, confirmando a incompatibilidade entre civilização e selva, entre o mundo de horizonte limpo e a floresta fechada, o calor e o ameno, o mundo firme sob os pés e a imensidão das águas. As figuras de retóricas constantes nos discursos que embasam a ação dominadora são sempre descrições do “misterioso”, “exótico”, “bárbaro”, “primitivo”; em suma, “nós” defronte a “eles”, formando alteridade. Embora se tenha conhecimento de que os velhos conceitos de civilização e barbárie só podem ser sustentados pela falácia ou pela ignorância, eles se mantêm na ativa, revelando preconceitos de classe e interesses inconfessáveis. Na contemporaneidade, às margens do rio Xingu, próximo à Hidrelétrica de Belo Monte, um novo empreendimento bilionário está em vias de efetivar-se. É o projeto da empresa mineradora de ouro canadense Belo Sun. Sua previsão é a de extrair 150 (cento e cinquenta) toneladas de ouro em 17 anos, cuja barragem de rejeitos será muito maior que aquela de Mariana, em Minas Gerais.

IDeAS: Outra área que desperta o seu interesse é o mundo rural e a nação em representações literárias. Poderia nos falar um pouco sobre este tema e destacar alguns pontos principais das pesquisas que você realizou?

Eu ministro uma disciplina cujo título é “Mundo Rural e Nação em Representações Literárias”. Uma bela herança do Prof. Berthold Zilly, da Universidade Livre de Berlim, que esteve ministrando cursos como professor visitante aqui no CPDA, em fins dos anos 1990. Eu fui aluna dele no doutorado. A disciplina pretende estudar a imagem do sertão e de outros espaços rurais

interioranos, “atrasados”, opostos à civilização urbana, em obras representativas da literatura brasileira e universal. No caso específico, no meu caso, dei ênfase a *Os Sertões* e *À margem da História*, de Euclides da Cunha, em seu diálogo explícito ou implícito com outros textos, principalmente sob o aspecto da busca e construção da nacionalidade. A tensão entre o interior e o litoral, campo e cidade, atraso e progresso caracteriza boa parte da ficção e do ensaísmo latino-americano. Importantes escritores, como José de Alencar, Graciliano Ramos e Guimarães Rosa, mas também Heriberto Frias, Mariano Azuela, José Fernández, José Maria Arguedas, dentre muitos outros, tenderam a conceber o seu país basicamente a partir do interior, valorizando as populações mestiças e suas formas de convívio, organização social e protesto. Metodologicamente se discute, através da análise de textos concretos, em que medida e com que cautelas, ensaios e, sobretudo, ficções, apesar da sua relativa autonomia estética, podem ser lidos como documentos ou estudos históricos e sociais. É superimportante considerar que, até os anos 1930, praticamente não existiam universidades no Brasil, então essas populações só eram visibilizadas de alguma forma por meio da literatura. Aliás, esta história de usar a literatura como fonte, ela é mais ou menos antiga, mas a gente tem que ter muito cuidado, porque a literatura também tem as suas formas apropriadas de aproximação e tal, não pode ser uma transferência mecânica, são necessários certos métodos para poder interpretar e usar estas fontes como material de estudos sociais e históricos.

Bem, minha pesquisa mais significativa sobre essa temática se consolida na minha tese de doutorado, intitulada “História e Narrativa: Euclides da Cunha na Amazônia” (CPDA/2002). Trabalhando com textos de fins do século XIX e início do século XX que tematizavam a Amazônia, é possível desvendar a ideia de Amazônia como um território construído para a conquista, condição prévia esta à fixação do homem. A terra amazônica “má” ou ameaçadora (mito da “natureza hostil”) é visão predominante nas diversas narrativas sobre a região na cultura brasileira. Percebera, quando trabalhei com Yedda Linhares na História do Abastecimento, que as falas sobre a hostilidade da natureza, que não seria viável a agricultura na região, eram uma estratégia para outros usos da região. O incômodo foi tamanho que me levou à minha dissertação de mestrado: “Produção de Alimentos e Extrativismo: Belém e os Núcleos Subsidiários da Ilha do Marajó e da Zona Bragantina (1850-1920)”. Dentre tais narrativas, destacamos a produção do imaginário euclidiano da Amazônia, sua veiculação e assimilação, acreditando que as informações contidas nessas narrativas resultaram numa “visão consolidada”, retomando a expressão de Said, sobre a região.

De todos os chamados homens de letras que tiveram a Amazônia como cenário de suas obras, Euclides da Cunha (1866-1909), sem dúvida, é o mais reconhecido. No campo intelectual da República Velha seu nome é um destaque que terá, a partir da publicação de *Os Sertões* (1902), influência

decisiva e duradoura no pensamento social brasileiro: a excepcionalidade de seu estilo trágico e agônico, o jogo antitético, entre outros muitos atributos literários e, fundamentalmente, seu “ensaísmo social” comoverá a todos e tantos que com ele contracenaram no espaço e no espírito dos problemas nacionais que acometiam o período. Ao mesmo tempo, grande parte do oficialismo republicano fez de sua obra base/fonte de informação para a compreensão e atuação na busca de soluções para o enfrentamento social e político dos problemas republicanos, através de mecanismos de apropriação e reelaboração. Para outros, suas obras sobre a Amazônia servirão para realizar análises sobre a sua produção, ora aprofundando traços já presentes em *Os Sertões*, ora descobrindo um novo Euclides (o da revolta contra a exploração). Da mesma forma, a própria autoridade intelectual de Euclides o predispunha, aos olhos do Estado republicano, a legitimar a pilhagem do território boliviano, a anexação do Acre ao país e, ao mesmo tempo, produzir as imagens de uma Amazônia que vinha a povoar as manchetes dos jornais do centro-sul do país. Transformada em questão política, com risco de guerra, com intrigas internacionais envolvendo os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, era necessário, para a República, produzir as imagens para o consumo de sua opinião pública. Ou seja, na verdade o meu trabalho com Euclides da Cunha era mostrar o que ele produziu sobre a Amazônia e como ela é apropriada pelo oficialismo esclarecido do Estado na República Velha. Escrevo sobre isso num artigo que está na coletânea que acabamos de lançar⁴, no qual eu falo sobre a “Marcha para o Oeste” em relação à Amazônia. Toda esta imagem de espaço vazio é levada a cabo para fazer o que se fez e o que se está fazendo ainda na Amazônia.

IDeAS: Um dos eixos estruturantes do CPDA, desde a sua fundação, é justamente o seu caráter interdisciplinar, o que levou a este olhar sobre o mundo rural diferenciado de outras instituições acadêmicas. E um dos eventos que contribuiu para fortalecer essa perspectiva foi o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (Pipsa), que o CPDA esteve à frente da coordenação executiva entre 1979 e 1984. Você poderia falar um pouco para nós sobre a trajetória do Pipsa?

Este é outro capítulo especial na minha vida. Realmente, foi um dos programas mais interessantes, e até o momento eu acho que nenhum outro teve esta importância, característica tão democrática que o Pipsa teve. Bom, faz-se mister informar que sua originalidade se distinguia, na época (1979-1984), pelo rompimento com os padrões tradicionais de organização de eventos acadêmicos, pela criação de novas narrativas que se referenciavam a novas abordagens acerca do “campo brasileiro”, ou, ainda, da agricultura e seus

⁴ LEITE, S. P.; BRUNO, R. (Orgs.) **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. Disponível em: http://institucional.ufrrj.br/portalcpsda/files/2019/11/LEITE-SP_BRUNO-R_2019_O_Rural_brasileiro_ebook.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.

avatares em suas interfaces com o meio circundante, tudo em processo acelerado de transformação.

Aquele processo de “organização” de uma identidade acerca do “rural” — ou de como dar tratamento à temática do “agrário” — já era em si a garantia de construção de algo novo, pois o que diferenciava aquela perspectiva de outras era, justamente, o caráter gregário, aglutinador de diferentes formações disciplinares autônomas, de diversas formações profissionais não acadêmicas autônomas. A participação de docentes, alunos em diversas etapas de qualificação, técnicos do setor público agrícola, representantes de movimentos sociais de toda ordem, em busca de uma intensa e produtiva (via apresentação de trabalhos: *papers*, artigos, relatórios técnicos, depoimentos, denúncias etc.) integração de temas e regiões, visando através desses unificar os objetivos (ampliação dos conceitos, metodologias etc.), com flexibilidade e desprendimento.

A interdisciplinaridade manifesta nessa experiência residia, a nosso ver, no pressuposto fundamental de uma inequívoca relação de reciprocidade entre todos os elementos anteriormente apontados. Visava na sua prática, tanto uma mudança de atitude, seja na estrutura, seja no seu funcionamento, dessacralizar conhecimentos, interpretações, narrativas fragmentárias rígidas. A ênfase ancorava-se na valorização da diversidade e liberdade de pensamento, análise e ação. Isso em 1979. Hoje se fala isso como se fosse descoberta de ontem. Mas a gente tinha isso como prerrogativa desde aquele momento. Talvez por isso fôssemos vistos com tão maus olhos, muitas vezes — quando a Fundação Getúlio Vargas resolveu nos extinguir, até então ela não tinha clareza da nossa importância de gerar conhecimento internacional, para cuidar destes temas e desta forma.

Desta feita, o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (Pipsa) foi criado em 1979, com apoio da Fundação Ford, como parte das atividades do CPDA, reforçando ainda mais o caráter interdisciplinar da proposta ali priorizada. O propósito geral do Projeto era o de propiciar e reforçar o convívio e o debate entre pesquisadores, bem como a divulgação da pesquisa social em agricultura. Nesse sentido buscava: a) ter um caráter mais permanente do que encontros realizados sob a forma de seminários, mesas-redondas e outros; b) manter um fluxo contínuo de informações sobre as pesquisas em curso; c) elevar a participação opinativa dos pesquisadores quanto à questão agrária nacional.

O que se destacava nos objetivos do Projeto era a promoção da articulação e do intercâmbio, envolvendo tanto pesquisadores de centros acadêmicos quanto profissionais de instituições de fomento, difusão, execução e controle do desenvolvimento da agricultura brasileira, governamentais ou não governamentais — e na época não existiam ONGs, que já não eram governamentais, mas não eram como as que se constituiriam posteriormente

—, que tinham como seu campo de atuação o tratamento das relações econômicas, sociais e políticas da agricultura.

A atividade central do intercâmbio era a realização dos simpósios dos Grupos de Estudos, assim divididos: Grupo I – Agricultura na Amazônia; Grupo II – Agroindústria, Cooperativas e Grande Produção Agrícola; Grupo III – Diferenciação da Pequena Produção; Grupo IV – Estado e Agricultura; Grupo V – Movimentos Sociais no Campo; e, mais tarde, já no final dos anos 1980, surge o Grupo VI – Agricultura, Meio Ambiente e Condições de Vida (era necessário ampliar para a questão do meio ambiente e de condições de vida, porque começava o debate sobre os parques nacionais, as populações dentro deles, enfim, aquela história que a gente já conhece). O Grupo de Estudos sobre Agricultura na Amazônia incluía todos estes demais temas, dada a sua especificidade regional. Como uma das atividades do Projeto, publicava-se o Boletim Informativo, cujo objetivo era facilitar e reforçar o debate entre pesquisadores, assim como a divulgação da pesquisa social em agricultura. Os Boletins publicavam os relatórios dos Grupos de Estudo do Pipsa, como descritos anteriormente, e também divulgavam os resumos de relatórios parciais e finais de pesquisas, notícias de pesquisas em andamento e resenhas bibliográficas de interesse dos membros dos Grupos de Estudos.

Tinha muito mais para falar do Pipsa, mas deixemos para outro momento.

IDEAS: A questão agrária era um dos eixos centrais do Pipsa, tema que voltou a ser debatido mais intensamente durante os anos 1980, com as reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o lançamento do I Plano Nacional da Reforma Agrária, em 1985. Na conjuntura recente, há um silenciamento sobre esta questão. Como você avalia a invisibilidade deste debate e quais os desafios para reinserir o tema na sociedade?

Bom, eu vou fazer uma observação muito geral, mas acho que ela diz a que veio. Eu acho que a questão agrária no Brasil é uma dívida não resgatada. Acho que vários intelectuais, historiadores e pesquisadores já disseram, mas ela precisa ser, volta e meia, repetida. É uma dívida não resgatada. Em 1999, Maria Yedda L. Linhares e Francisco Carlos T. da Silva observavam que, em face da realidade daqueles tempos, daqueles momentos, um maior número de especialistas considerava que a questão agrária era “o maior obstáculo econômico, social, político e ético ao desenvolvimento do conjunto do Brasil e, muito especialmente, o principal óbice ao exercício pleno da cidadania no país.”⁵ Acho que isso continua sendo um fato inquestionável.

Sobre o silenciamento, não há respostas fáceis. Seriam necessárias reflexões sobre os diferentes significados do rural na contemporaneidade, a análise de processos e mobilizações sociais em que atuam velhos e novos atores, a análise

⁵ LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos. **Terra Prometida. Uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. XVIII.

das políticas públicas, compreender a judicialização dos conflitos fundiários, etc. Porque, se você for levantar um conjunto de questões sobre as quais todos nós estamos debruçados, independente de temáticas, de pesquisas mais específicas, todas elas, principalmente aqui no CPDA, passam por esta questão. Dificilmente você vai ver alguma questão que não passe. Até a segurança alimentar, a soberania alimentar, enfim, da alimentação, todas estas questões passam por ela. O CPDA acaba de lançar uma nova coletânea intitulada *O rural brasileiro na perspectiva do século XXI*, organizada pelo Sérgio Leite e pela Regina Bruno, que traz reflexões significativas para entender a conjuntura recente. Para compreender esse silenciamento, você tem que estar munido de informações, não só entender, mas também tentar visualizar como impedir o silenciamento. É na medida em que você traz à tona as questões que estão em pauta, tem uma interpretação da temática, fornece dados, é que você pode passar a pensar em propostas e outras soluções.

A mim, resta desejar que se encerre em breve a apatia diante desse presente pantanoso e que retomemos à ousadia de reafirmar verdades como as referentes às dívidas sociais que o país carrega desde sempre, sem solução efetiva até então, que faça qualquer sentido socialmente, ou seja, a questão agrária. Ela sempre vai estar presente. Quando eu falo da ousadia, falo um pouco também da memória do Pipsa, nós fomos muito ousados.

IDeAS: Em 1990 foi criada a Associação Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (Apipsa) e o Pipsa finalizou em 1994. Como foi este período?

Pois é, na verdade, é o seguinte: desde 1990 tentávamos nos organizar como uma associação, porque começamos a lidar com as dificuldades impostas pela questão do financiamento. Veja que, naquele momento, já estávamos fora da Fundação Getúlio Vargas, já estávamos na Rural (UFRRJ). Tinha uma série de circunstâncias novas, mas basicamente era a questão do financiamento que nos atrapalhava. Na gestão 1994-1996, o Prof. Roberto Moreira foi o presidente da Associação. E batalhamos muito para manter o Pipsa como um dos nossos pressupostos, que carregamos até então, e notadamente essas idas a lugares para divulgar conhecimento sobre a questão agrária nacional e ouvir em cada lugar como ela se colocava. E isso já estava se tornando um impedimento por conta de passagem, diárias etc. No XVIII Encontro Nacional, realizado em Campina Grande, Paraíba, a Diretoria eleita no encontro para a gestão 1996-1998 foi a última representante da Apipsa. Desde então, antigos participantes da Apipsa, ou do Pipsa, procuraram sistematizar formas de fazer renascer o espírito do projeto. Cumpre registrar que graças ao esforço de alguns, e principalmente de algumas pesquisadoras, no ano de 2006 foi realizado na UFF, em julho, o I Encontro da Rede de Estudos Rurais (Rede), cuja atuação hoje é de suma importância.

IDeAS: Mas você considera que é quase a mesma coisa?

Creio que tem uma proximidade enorme. Penso que a Rede de Estudos Rurais claro que hoje congrega muito mais pessoas, tem um caráter muito mais estritamente acadêmico do que tinha o Pipsa, porque o Pipsa congregava um número mais diversificado de participantes, dada a sua origem no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, como já demonstrei. Mas considero da maior importância porque ela ainda é o núcleo que fala da ruralidade, do rural, do agrário, do campo, enfim, do nome que se queira dar a esta questão, claro, conectada com outras questões, mas com centralidade no rural.

IDeAS: Em 2016 o CPDA completou 40 anos. Como você vê esta trajetória e quais os desafios — se a gente for pensar em um programa de pós-graduação em ciências sociais, que estuda estas temáticas muito voltadas para o rural — neste período atual, não só de ataque à universidade pública como um todo, mas às ciências sociais?

Acho que os desafios são inúmeros, notadamente em tempos sombrios nos quais estamos imersos, mas eu entendo que por outro lado nós temos que ter convicção de termos realizado significativa contribuição para a pesquisa social, para as ciências sociais, não apenas nós do CPDA, com também outros programas. No nosso caso, temos dado mostras de como nos vimos e nos relacionamos com nossos pares ao longo de nossa trajetória, na perspectiva de estimular e dilatar os horizontes das temáticas que nos afetam e mobilizam em direção ao tempo presente e ao tempo futuro. Afirmamos isso, Sérgio Leite e eu, na Apresentação da Coletânea do CPDA 30 Anos e repetimos isso, como prática, no nosso esforço cotidiano. É preciso acreditar que as Ciências Sociais podem atravessar as cercas. Continuo achando. Penso que a gente ... eu confesso para você que quando recebi a notícia do prêmio⁶, eu falei: “meu Deus do céu, como entender?” Esta temática, da maneira como ela foi posta pelo Valdênio, e que eu segurei. Ele defendeu um pouco antes das eleições, no clima das eleições. Eu falei: gente, então ainda tem sentido o que a gente está fazendo. Confesso que, por exemplo, agora sobre a tese do Marcelo Rauber, que é meu orientando sobre a contestação do direito territorial indígena, ele trabalha com todos os embates. E digo assim: mas você vai até quando? A gente fica preocupada. Mas é isso, é isso que a gente faz, é isso que a gente tem que fazer, é isso que a gente vai levar adiante. Porque não dá, confesso para você que eu temo um pouco esta

⁶ Referente ao Prêmio Capes de Tese 2019, na área de Sociologia, concedido ao pesquisador Valdênio Freitas Meneses, egresso do CPDA/UFRJ, que foi orientado pela Prof^a. Dr^a. Eli de Fátima Napoleão de Lima, com a tese intitulada “Saudade e rusticidade: reconversões sociais e a convivência com as secas entre elites pecuaristas do Cariri Paraibano”. A cerimônia de entrega do prêmio ocorreu no dia 12 de dezembro de 2019, em Brasília, alguns dias antes da realização desta entrevista.

apatia, acho que tem uma apatia muito generalizada, as polarizações foram muito grotescas, não só grosseiras, mas grotescas. Então, é como se estivéssemos ainda patinando, mas temos que ter alguma convicção do que estamos fazendo, da importância, do que precisa ser feito, que precisa ser continuado, independente das cercas que tenham no meio do caminho. Precisamos ter competência para derrubá-las.

Eli de Fátima Napoleão de Lima

Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2002), mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ (1987) e graduada e licenciada em História pelo IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro (1978). Atualmente é professora associada IV do CPDA/UFRRJ, é membro do Conselho Editorial da Revista Estudos Sociedade e Agricultura. São seus temas as interpretações sobre as raízes agrárias da formação social brasileira; o mundo rural e nação em representações literárias; novas ruralidade/novas identidades; a questão regional; e a Amazônia. É vice-líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Estudos Subalternos: Ruralidades, Cultura e Política”. É vice-líder do Grupo de Pesquisa do CNPq “Literatura, Ciências Sociais e Mundo Rural”.

